

-----**ACTA N.º 191**-----

----- Aos vinte e quatro dias do mês de Abril de dois mil e oito, nesta vila de Sever do Vouga e Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal, ordinariamente, sob a presidência de Dr. José Manuel Barbosa de Almeida e Costa, que a convocou ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 54º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro (nova redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro). -----

-----**Ordem de Trabalhos**-----

- 1 – Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara. -----
 - 2 – Período de antes da Ordem do Dia. -----
 - 2.1 – Correspondência. -----
 - 2.2 – Intervenções. -----
 - 3 – Ordem do Dia. -----
 - 3.1 – Regulamento do Conselho Municipal de Segurança. -----
 - 3.2 – Prestação de Contas de 2007. -----
 - 3.3 – Património – Inventário. -----
 - 3.4 – 1ª Revisão Orçamental. -----
 - 3.5 – Transferência de Competências – Limpeza de Valetas. -----
 - 3.6 – Contrato de Leasing – Pedido de autorização. -----
 - 4 – Outros assuntos: Não foi apreciado qualquer assunto. -----
 - 5 – Período destinado ao público. -----
- Eram cerca das dezassete horas e dez minutos quando o presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão. -----
- Seguidamente, o presidente deste órgão solicitou ao primeiro secretário que verificasse se havia quórum e procedesse à chamada. -----
- Depois de realizada a chamada, verificou-se a presença dos membros: -----
- 1) Albano de Amaral e Macedo; -----
 - 2) Alexandre Fernandes Tavares; -----
 - 3) António Fernando da Silva Dias; -----
 - 4) António Nunes Tavares; -----
 - 5) António Rodrigues Ferreira; -----
 - 6) Claudino da Fonseca Soares; -----
 - 7) David da Silva Alves; -----
 - 8) Edgar Jorge Ribeiro da Silva; -----
 - 9) Fernando da Silva Oliveira; -----
 - 10) Harolde Soares da Silva Balaias; -----
 - 11) João Pereira Henriques; -----
 - 12) Joaquim Zacarias Paulino Gabriel; -----
 - 13) José Dias da Silva; -----
 - 14) José Loureiro dos Anjos; -----
 - 15) José Luís da Silva e Almeida; -----
 - 16) José Manuel Barbosa de Almeida e Costa; -----
 - 17) José Tavares Batista Braga; -----
 - 18) José Tavares Coutinho; -----
 - 19) Júlio Martins Fernandes; -----
 - 20) Manuel Henriques Soares; -----
 - 21) Maria Elisabete Martins Henriques; -----
 - 22) Nuno Miguel Matos Silva; -----
 - 23) Paula Cristina Vaz dos Santos; -----
 - 24) Rui Manuel Batista Rocha; -----

25) Severo Mendes Pereira; -----

26) Silvério Benjamim da Silva Soares Gomes. -----

----- Depois da chamada o presidente da assembleia municipal deu a boas vindas ao novo membro da Assembleia Municipal – Claudia Maria Rodrigues da Silva – convocada para esta sessão e para substituir Ana Paula Tavares Amador Hadden, na sequência do pedido apresentado no passado dia 25 de Fevereiro. A substituição foi realizada nos termos do art.º 76º da Lei das Autarquias Locais. -----

----- Foram registadas as faltas dos membros Belmiro Manuel Marques, Francisco Furtado de Menezes Veloso Ferreira e Rafael Ferreira Matos. -----

----- Da Câmara Municipal foram registadas as presenças de: Manuel da Silva Soares, Presidente; António José Martins Coutinho, Vice-Presidente; Raul Alberto da Conceição Duarte; João Miguel Tavares de Almeida e António Bispo Rodrigues. -----

----- Após se ter verificado haver quórum para se iniciar a sessão e porque estavam presentes os membros do **Conselho Municipal de Segurança**, conforme convocatória realizada na primeira reunião do conselho, procedeu-se à tomada de posse conforme o previsto no art.º 9º, do Decreto-Lei n. 33/98, de 18 de Julho

----- Seguidamente, foi submetida à apreciação a acta n.º 190, oportunamente, remetida aos membros da assembleia municipal, ficando dispensada a sua leitura. –

----- A acta da sessão anterior foi aprovada por maioria, com a abstenção de Claudia Maria Rodrigues da Silva, Joaquim Zacarias Paulino Gabriel e Rui Manuel Batista Rocha. -----

-----1 - Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara -----

----- O **presidente da câmara** fez alusão às principais notas contidas no documento enviado aos membros, relacionadas com a actividade desenvolvida pelo executivo. -----

----- Seguidamente, foi aberto um período para a intervenção dos membros presentes que desejassem colocar questões acerca da informação exarada no mencionado documento. Assim, foram anotadas as seguintes intervenções: -----

----- de **Claudia Silva** - Informou que, em relação à comunicação do senhor presidente da Câmara, ficou com algumas questões por esclarecer e gostaria de as colocar. A primeira das quais tem a ver com as candidaturas ao QREN, perguntando se há candidaturas em curso, que tipo de candidaturas e se já há deferimentos ou indeferimentos, essas candidaturas são a que nível e em que âmbito, ou em que funções sociais ou económicas é que se enquadram? Prosseguiu dizendo, como seria compreensível, abordaria mais a parte educativa, e no site da Câmara Municipal está publicada a carta educativa que prevê algumas acções no âmbito deste quadro comunitário. Assim, desejou saber, em relação a essas acções, quais as candidaturas realizadas e, se não, qual o estado em que se encontram? Em relação à questão das ecológicas que a comunicação do senhor presidente analisa, pareceram-lhe residuais, no entanto, como era, também, protectora do ambiente gostaria de colocar a seguinte questão: da compostagem doméstica, não ficou claro da leitura realizada, quais os critérios que estão subjacentes ao início do projecto em determinado local, em detrimento de outro, e, talvez, mais importante, porque não em todo o concelho? E, se estiver prevista a sua expansão para todo o concelho – para quando essa iniciativa? Em relação aos orçamentos e às acções a desenvolver, disse que encontrava essas acções inscritas numa política um pouco tateante, que se vai arrastando e cujos resultados e benefícios significativos e reais para a população tardam em fazer-se. Concluiu, solicitando esclarecimentos sobre as questões apresentadas. -----

----- Em relação às candidaturas ao QREN, o **presidente da câmara** respondeu que no próximo dia 2 de Maio, iriam ter uma reunião com os presidentes do Baixo Vouga e a Universidade de Aveiro para ultimarem a versão final que englobará todas as hipóteses de candidatura ao QREN. Informou que, enquanto não for negociada a subvenção global, a CCDR não lançará concursos para apresentação de candidaturas, e não sabem o que é que vai reservado para a subvenção global em que nós nos candidataremos através da Associação dos Municípios do Baixo Vouga. Comunicou que iria haver uma unidade de gestão na própria associação de municípios, ou seja, uma estrutura para a aprovação de candidaturas que tenham tido o aval no plano de desenvolvimento territorial do programa operacional regional e seus gestores. -----

Sobre os programas onde foi aberto o período de apresentação de projectos, disse que o Município já tinha apresentado candidaturas ao POPH – Programa Operacional Potencial Humano – na área da formação; ao Programa SAMA, na área da modernização administrativa, em conjunto com outros municípios da região; ao PEPAL – Programa Estágios Profissionais para a Administração Local, também, financiado pelo quadro comunitário de apoio; que estavam a concluir uma candidatura para a mobilidade; e, também para o Centro Educativo de Couto de Esteves. -----

----- de **Albano Macedo**: Sobre a informação do senhor presidente da Câmara, sugeriu que não fosse realizada a menção das obras por administração directa, decorrentes da necessária reparação e conservação do património. Sobre a substituição das placas de toponímia, que está a ser realizada, recomendou que fosse pintado ou retocado o espaço onde antes se encontrava afixada uma placa maior em mármore, considerando que não havia a necessidade de se ter gasto dinheiro nessas zonas, porque se poderia ter aproveitado as placas que lá estavam que eram de todo o interesse, até histórico. Paralelamente, andou-se a colocar placas, ou indicações, numa das partes da rua, e sem placa visível na outra parte. Na sua opinião, a identificação de uma rua, deve constar em quatro locais – dois à saída e dois à entrada, para melhorar a identificação da rua. -----

----- O **Presidente da Câmara**, aproveitou para acrescentar à resposta dada a Claudia Silva, que o Município de Sever do Vouga é, na região, aquele que possui, *per capita*, mais contentores para a recolha de resíduos sólidos. Depois, informou que as obras levadas a efeito por baixo do estacionamento não são lojas, mas espaços destinados aos serviços da autarquia. Quanto à questão do túnel, informou que se destinava a uma adequada ligação entre os diferentes serviços e assegurar a mobilidade entre os diversos espaços públicos, sem barreiras arquitectónicas, tanto para colaboradores como para os utentes da autarquia. -----

Por último, informou que, em relação às placas, o vereador tomou nota das sugestões apresentadas pelo membro Albano Macedo. -----

----- **António Dias**, Acerca de toponímia, disse que em Talhadas ainda não existem placas de identificação das ruas. Perguntou se competia à Junta de Freguesia de Talhadas ou ao Município estabelecer a denominação das ruas. -----

Continuando, informou que a AGIM deveria incluir acções dirigidas para os artesãos no plano de formação, destinadas a profissões que, actualmente, são desenvolvidas por pessoas muito idosas, tais como, pedreiros, tecedeiras, carpinteiros, sapateiros, canastreiros, tamanqueiros, e outras mais. Acrescentou que a AGIM está, e muito bem, a promover candidaturas, mas desejava saber que também estaria a desenvolver esforços na obtenção de formação para estas áreas. Por último, questionou o presidente da Câmara sobre o projecto de saneamento e

tratamento de águas residuais na freguesia de Talhadas, que resolverá certamente o problema de vazamento de águas residuais de um prédio para a via pública, no centro da freguesia, como é do conhecimento geral. -----

----- **O Presidente da Câmara**, informou que, em relação à denominação das ruas de Talhadas, não sabia se a Junta de Freguesia teria a intenção de estabelecer e colocar a toponímia. Contudo, se pretendessem, poderiam contactar a Câmara para ser dado o apoio que fosse necessário. Em relação à formação ao nível do artesanato, disse que a ideia iria ser anotada e analisada. Informou que já tinham sido ministrados cursos nessas áreas e que o grande problema com a realização das acções de formação prendia-se com o número mínimo de formandos para poder ser realizada a acção de formação e ser feita a candidatura ao Programa Formação-Acção. Sobre o problema de Talhadas, relacionado com saneamento, informou que era um assunto que estava a ser resolvido, para já, pontualmente, como consta na comunicação. Contudo, estava a ser ultimado o projecto dos esgotos de Talhadas, também, que estava a ser analisado no âmbito da Associação de Municípios do Baixo Vouga. -----

-----2 - **Período Antes da Ordem do Dia**-----

----- **2.1 – Correspondência** – O presidente da assembleia municipal deu conhecimento das comunicações recebidas. -----

----- O presidente da câmara entregou à mesa uma resposta dada por escrito sobre uma questão colocada por um membro da assembleia municipal, considerada aqui como transcrita e foi arquivada junto dos documentos desta sessão. -----

----- Seguidamente, foram abertas as inscrições dos membros que desejassem intervir no período de antes da ordem do dia. -----

----- **2.3 – Intervenções.** -----

----- Foram registadas as seguintes inscrições, para este período: Albano Macedo, Severo Pereira, José Braga, Claudia Silva, Rui Rocha, Joaquim Zacarias, António Ferreira e Edgar Jorge, que intervieram na seguinte sequência: -----

----- **Albano Macedo** – Atendendo à natureza e forma da apresentação foi transcrita a intervenção do membro Albano Macedo, que assim fica exarada: -----

“Por determinação da Organização das Nações Unidas, em particular, do seu organismo para a cultura, educação e ciência, a UNESCO, estabeleceu este ano de 2008 como sendo o ano internacional do planeta “Terra”. Estão previstas muitas actividades em todo o mundo, incluindo em Portugal. No próximo mês de Junho, do corrente ano, Portugal será, pela primeira vez, à semelhança de outros 30 países, distribuídos por cerca de 50 cidades e vilas, palco do Festival Mundial da Terra. De 5 a 8 de Junho, irá decorrer em Sever do Vouga, a primeira edição portuguesa do Festival Mundial da Terra. Levando, assim, Portugal a participar numa aliança internacional composta por mais de 30 países que lutam pela preservação do nosso planeta e pelo respeito dos direitos humanos. O Festival Mundial da Terra, iniciado em 2004, é um evento promovido pela Associação Francesa Terre Alliance, sediada em Paris e, decorridos os quatro anos, este evento vai poder realizar-se em mais de 45 cidades espalhadas pelo mundo. Privilegiando os temas: ambiente, desenvolvimento sustentável, solidariedade e paz no mundo. O festival pretende conceder uma interacção forte e decisiva entre os diversos grupos, associações, organizações não governamentais, empresas, cidadãos, escolas, poder local, que em diversos pontos do planeta combatem por uma defesa eficaz do meio ambiente e por um desenvolvimento económico sustentável. O objectivo é sensibilizar as opiniões nacionais e internacionais, incitando a acções concertadas para criar sinergias e encontrar soluções inovadoras. O festival vê-se como uma oportunidade

para se instaurar uma nova aliança entre os povos e para levar os cidadãos, crianças, adolescentes e adultos a sentir uma relação mais harmoniosa com o nosso planeta. A Câmara Municipal de Sever do Vouga, que está intimamente ligada aos princípios da Agenda 21 Local, convidada pelo artista plástico Sejo Vieira, autor do projecto “O Memorial dos Direitos Humanos”, que deverá ser realizado na freguesia de Talhadas, decidiu associar-se a esta iniciativa de carácter planetário colaborando plenamente e proporcionando uma participação activa das comunidades escolares, associações locais, instituições universitárias e empresários. Temos, pois, que felicitar o executivo severense, assim como toda a equipa técnica responsável por este projecto. Também o aumento da população coincidente com a procura de alimentos e água potável, tem contribuído para transformar a face do planeta. Derrubam-se milhões de árvores, destroem-se formas de vida, polui-se cada vez mais (70 milhões de toneladas de poluição por dia, segundo o documentário de “Al Gore”). Tudo para dar razão às necessidades de conforto e subsistência das populações sem olhar, muitas vezes, aos meios utilizados para essa mesma satisfação. E só para termos a noção de como a população aumenta, “Al Gore” mostra-nos a frieza dos números. No final da segunda guerra mundial, a população do mundo era de cerca de 2 biliões e meio. Em apenas 60 anos, cresceu para 6 biliões, prevendo-se que, em menos de 50 anos, atinja os 9 biliões. Tal como o famoso político norte-americano refere, em 10 anos, atingimos 2 biliões e meio. No fim de um ciclo de vida de uma geração, mais ou menos cem anos, deu-se um aumento de 6 biliões e meio. É mesmo muita gente, meus amigos. Um estudo da agência do meio ambiente, sobre o estado do ambiente na Europa indica que, entre um quarto a um terço da morbilidade, a doença é atribuída a factores ambientais. Alguns números revelados neste estudo indicam que a asma, as alergias e outras doenças respiratórias são associadas à poluição do ar e constituem a principal causa de hospitalização na Europa. A nível mundial, estima-se que, cerca de 3 milhões de pessoas morrem prematuramente devido à poluição do ar. A incidência do cancro é de cerca de 138 casos em cada um milhão de crianças por ano na Europa, associado à radiação dos ultravioletas, produtos químicos industriais e agrícolas. Apesar da melhoria que se tem verificado na qualidade do ar e da água, nas últimas décadas, algumas das doenças relacionadas com o ambiente, continuam a representar um grave perigo para a saúde. Tal é o caso das doenças transmitidas pela água, tais como a cólera, febre tifóide, malária e problemas gastrointestinais. Os efeitos da qualidade do ar e da água na saúde humana são já bastante conhecidos. No entanto, novas áreas, como as alterações climáticas e a exposição a produtos químicos constituem um conjunto mais complexo de interações com a saúde humana e ainda pouco conhecidos. Quanto à qualidade do ar, os principais riscos para a saúde humana estão associados ao ozono, metais pesados e partículas. A Agência Europeia indica que a exposição prolongada das pessoas às partículas no ar nas grandes cidades europeias é responsável por cerca de 60 mil mortos por ano. As elevadas concentrações do ozono, que se registam principalmente no verão, são responsáveis pelo aumento das doenças respiratórias, representando cerca de 2000 mortos prematuros na Europa. Então, que fazer? A conservação da natureza nas suas várias vertentes é hoje, para além de uma necessidade, um estado de alma, uma forma de estar. Poupar a terra, meus senhores, não é andar na lua. E parece que todos nós andamos na lua. A título de exemplo, e tendo em conta as minhas humildes sugestões, já que vamos ter uma “Feira Internacional do Mirtilo”, com a AGIM e a Câmara Municipal como principais impulsionadores, e tratando-se de uma área de comércio

muito importante para o concelho e região, interessa, certamente, impor-se no mercado pela diferenciação positiva. A vertente mais conhecida da relação entre o comércio e o ambiente é sobre a exploração de recursos naturais a que o comércio sem regras poderá levar. Porque é que a AGIM e a Câmara Municipal e a Mirtilusa não se debruçam sobre este tema? E que seja criado para o mirtilo de Sever a diferenciação dentro dos parâmetros ambientais. A título de exemplo, por que não rótulos ecológicos ou de papel reciclado? Por que não embalagens de vidro reciclado para o mirtilo de Sever do Vouga? Por que não tintas amigas do ambiente nos rótulos dos produtos confeccionados com o mirtilo? E na nossa floresta, por que não dar incentivos e prioridade à plantação do pinheiro, castanheiro, nogueira e outras espécies mais amigas do ambiente? Baixar a taxa do IMI em terrenos que só tenham arborização nobre, como as espécies indicadas. Este é, sem dúvida alguma, um tema que nos devia preocupar muito. Acho ridículo que ainda existam pessoas com a mentalidade que só uma pessoa não muda nada. Muda, é óbvio que não é o facto de uma pessoa fazer reciclagem de papel que vai evitar que se abatam árvores, ou o facto de pouparmos água que nos prevenimos das grandes secas, que já se fazem sentir na terra. Mas, se todos ajudarmos, ainda podemos salvar o nosso planeta. Não podemos pensar que defender o nosso planeta é tarefa apenas dos governos e dos outros. Todos temos uma missão a cumprir nesta luta global e todos poderemos ajudar a mudar o nosso futuro. Podemos escolher entre ser activos e mudar o nosso destino ou ser passivos e deixar que os outros o determinem. Mais do que ser parte do problema, temos obrigação de fazer parte da solução. Vamos poluir menos. Vamos reciclar mais. Vamos poupar nos combustíveis, no tabaco, na água que desperdiçamos, e na electricidade. Vamos separar os nossos lixos, como aqui foi dito, vamos falar deste tema e da sua importância, aos nossos familiares, aos nossos amigos, aos nossos vizinhos e, definitivamente, vamos radicar das nossas mentes aquela ideia egoísta e insensata de que a nossa vida é hoje e o amanhã logo veremos, porque a continuarmos assim, virá o momento em que o hoje deixará de conhecer o amanhã e aqui, nesta Assembleia, que fazemos nós com os nossos trabalhos, porque razão não utilizamos preferencialmente o e-mail e a internet para o envio da documentação, poupando com esta atitude milhares de folhas de papel de fotocópias, além dos encargos administrativos com os funcionários? Quantas árvores eram poupadas num mandato? Até nas nossas intervenções, meus senhores, poderíamos poupar. Mas, peço-vos desculpa por nesta área eu não me poder poupar. Pois se, durante estes minutos, os fiz pensar um pouquinho que seja neste tema e vos consiga sensibilizar e levar-vos a sentir alguma culpa, já valeu a pena. Pois todos nós somos culpados desta situação. Não julguem que os nossos filhos e os nossos netos vão herdar esta terra assim. Se o clima não matar a humanidade, a ignorância certamente que o fará.” -----

----- **Severo Pereira** – Após as felicitações apresentadas ao novo membro, disse que também queria fazer suas as palavras do membro Albano Macedo, porque, realmente, não se deveria poupar quanto a essas preocupações, por serem reais e não podermos estar a prejudicar o futuro das nossas gerações, dos nossos filhos e dos nossos netos. O desenvolvimento selvagem, manifestado através de interesses económicos privilegiados, que se sobrepõem aos interesses dos pormenores elementares, obrigam a algumas alterações de comportamentos, onde o papel da reciclagem sai mais barato, das simples formas de comunicações e de todas as demais acções para serem minimizados os problemas apontados. Portanto, subscrevia as mesmas preocupações sobre o ambiente. -----

Continuando, apresentou algumas questões relacionadas com o estacionamento de veículos. Começou por congratular a Câmara por ter elaborado e aprovado um regulamento de parques ou zonas de estacionamento condicionado, apesar de não termos parques de estacionamento com parcómetros. Então, interrogou o senhor presidente se havia algum projecto para a criação de zonas de estacionamento condicionado para a vila de Sever do Vouga e, em caso afirmativo, se estariam previstas zonas com parqueamento a pagar e outras gratuitas; se pretendiam estabelecer todas as zonas da vila, como sendo de estacionamento condicionado; se desejavam criar nas juntas de freguesia, também, zonas de estacionamento condicionado e sujeito a pagamento. E, sobre o mesmo assunto, perguntou se todas as placas de estacionamento privativo existentes na vila estavam devidamente aprovadas, mormente, as placas situadas em frente à Misericórdia e Tribunal. -----

----- **Presidente da Câmara** – Informou que o regulamento aprovado, possuía apenas um mapa com a indicação das zonas onde irá haver estacionamento de duração limitada e as outras zonas onde não há estacionamento de duração limitada. Em relação ao estacionamento frente à Misericórdia, informou que os sinais foram colocados na sequência de uma empreitada e submetidos a aprovação pela Câmara Municipal. -----

----- **José Braga** – Endereçou os seus parabéns à associação LANCE, pelo evento organizado, no passado sábado, onde foram abordados vários assuntos, designadamente, sobre a construção da barragem, que, finalmente, vai arrancar como comprovou o senhor Eng.º Carlos Martins, da Martifer. -----

Continuou a sua intervenção, abordando os seguintes assuntos: estrada de Rocas para o Couto – solicitou uma intervenção na sinalização que se apresenta inadequada; estacionamento em Rocas do Vouga – informou que havia poucos lugares de estacionamento no centro da freguesia de Rocas do Vouga, onde foi levada a efeito uma intervenção para a colocação de condutas para as águas pluviais, junto à igreja, com uns buracos que estão lá há muito tempo; acesso a Carvoeiro – apelou à assembleia para interceder junto da Câmara Municipal de Águeda no sentido de realizar uma intervenção para diminuição das curvas na EN 16, no troço daquele concelho; sinalização – sugeriu que os sinais de trânsito tivessem uma chapa de identificação, que facilmente permitisse a confirmação da deliberação que aprovou a sua colocação. -----

----- **Presidente da Câmara** – Começou por responder à questão colocada pelo membro Severo Pereira dizendo que, embora julgando não ser obrigatória, a sugestão de identificação dos sinais de trânsito com uma chapa poderia ser considerada interessante. Em relação, à intervenção do membro José Braga e sobre as curvas no acesso ao nó do Carvoeiro, informou que o executivo iria fazer uma reunião com responsáveis da Câmara Municipal de Águeda e apresentar esse assunto à jurista da Câmara no sentido de saber se é possível fazer um protocolo com vista a ser realizada a beneficiação. No entanto, existe outro problema a resolver, que é o piso na maioria do traçado pertencer ao Município de Albergaria-a-Velha necessitar de um arranjo. A Câmara Municipal de Águeda, também vai ser sensibilizada para a necessidade de ser construído um passeio e corte de alguns cedros no troço de Carvoeiro. -----

Em relação ao estacionamento de Rocas, informou que tinha sido aberto um concurso para colocação de tapete e não houve hipótese de ser colocado o piso devido à chuva. Sobre a sinalização em Irijó, informou que realmente deveria ser rectificada ou melhorada. -----

Em relação à LANCE, apresentou também os seus parabéns pelo evento que fora organizado, porque foi um excelente encontro onde ficaram esclarecidas muitas coisas, designadamente, que a barragem de Couto/Ribeiradio seria construída brevemente, como referiu o senhor Eng.º Carlos Martins. -----

----- **Cláudia Silva** - Congratulou-se por ter sido trazido o problema do ambiente e informou que “não poderia deixar de estar mais de acordo com as palavras aqui ditas pelo senhor Albano Macedo”, informando estar certa de que, como ela, todos nós e muitos outros lá fora estarão preocupados com o ambiente, tomando aqui algumas notas que lhe pareceram ser umas ideias interessantes: O “dia do planeta terra” e poupar a terra, considerou que iríamos ter um palco desse festival o que é importantíssimo para o nosso concelho, para as nossas gentes. A prioridade das árvores, das espécies indicadas, acrescentando – protegidas, e depois achou interessante a expressão “não andar na lua” – concordando perfeitamente. Também devemos ser parte da solução e não do problema. Continuando referiu que “o que não me apraz nada dizer é que exista por parte da Câmara uma incoerência entre o discurso e as acções”. Perguntando, “saberá, senhor presidente da Câmara, que, sensivelmente há cerca de um mês, foi abatido um sobreiro no lugar de Paçô de Cedrim. A junta de freguesia de Cedrim também sabe e é conhecedora deste facto. As pessoas daquela terra, preocupadas com o ambiente, e não só, com questões sociais e de participação e de respeito pelos seus direitos, fizeram ouvir a sua voz na junta de freguesia. Lá, foi-nos informado, também, que a Câmara teria, também, estado neste processo e que todo o abate estava legal, embora não nos tenha sido mostrado documento algum dessa legalidade, ou a confirmar essa legalidade”. Então, questionou o senhor presidente da câmara e os demais presentes, que tomaram parte nessa iniciativa, “se são conhecedores, em que circunstâncias aquele terreno foi adquirido e de que forma ele está inscrito em termos legais”. Informou que, “na altura, algumas pessoas que muito zelaram para que aquele terreno estivesse conforme está hoje, excepto o abate do sobreiro e outra árvore, escreveram algumas linhas de forma apressada e “em cima do joelho” e fizeram-na chegar de forma a que eu pudesse fazer eco das suas preocupações”. Então, começam de uma forma muito humilde e muito modesta nas suas palavras por dizer que cortaram árvores no recinto de festas de Paçô. “Esta comissão, em defesa deste recinto, vem informar e dar conhecimento do seguinte: este recinto de festas é do povo de Paçô, desta freguesia de Cedrim.” Informou ter sido terreno adquirido pelas gentes daquele lugar. -----

Informou que a Junta de Freguesia tinha esclarecido tratar-se de “um processo perfeitamente orientado pela Câmara Municipal e que estava dentro de toda a legalidade. Inclusivamente falou em nome de engenheiros que terão lá ido, da Eng.ª Cristina, portanto, não me vai desmentir porque eu tenho isso tudo registado, eu muito sinceramente gostava de ver, antes de fazer qualquer tipo de insinuação, que me possa ser atribuída, onde é que está esse documento, o que é feito dele? E também gostaria de acrescentar, a título do documento, se ele não me for mostrado em tempo útil, eu presumo que vai ser fabricado. Esta é uma questão que, se nós queremos dar o exemplo, deixem-me dizer-vos que isto de exemplo, não tem nada. Não é com soluções destas. Não é com um discurso interessantíssimo “eu gosto muito de árvores”, “que protegemos as árvores” que damos o exemplo, ou então, somos muito contrários àquilo que pensamos. Além da indignação daquelas pessoas, e também minha, naturalmente, eu acho que merecemos todos uma explicação que seja coerente e que se faça prova, realmente, daquilo que se diz.” ---

Continuando, apresentou uma situação abordada na escola onde lecciona – EB1 de Cedrim – relacionada com o parque infantil e procedeu à leitura de um texto elaborado pelos alunos, onde escreveram o seguinte: “Nós somos alunos da EB1 de Cedrim..., fizemos este projecto e gostaríamos que o nosso parque da escola, que estão a construir, fosse parecido ou tivesse as mesmas coisas que estão no nosso projecto”. Seguidamente, disse Claudia Silva que “poderia facultar as motivações e os interesses dos alunos e em nome deles, se for possível, considerar um ou outro aspecto, penso que não será, de todo, desapropriado”. Então, entregou o documento à mesa e solicitou que fosse devolvido. -----

Por último, voltou ao assunto anteriormente abordado, dizendo que gostaria de frisar a mensagem inicial em relação à questão do ambiente, para dizer “que, quando se fazem abates de árvores, ponderavam toda esta situação, até porque, dizer-me que o sobreiro estava doente, eu aceito perfeitamente. Não aceito é uma lei ou um acordo devidamente registado em que se inscreve o direito à audição do povo e isso não seja cumprido, é uma falta de diálogo, é uma arrogância, acho que precisamos de esclarecimentos, e sobretudo, gostava muito de ver esse documento que aprova o abate daquelas árvores.” -----

----- **Presidente da Câmara** – Dirigiu-se a Claudia Silva, dizendo que “não lhe admitia, em circunstância alguma, que insinue que fabrique documentos.” Continuou dizendo que não tinha legitimidade nenhuma, nem o conhecia suficientemente para insinuar que fabricava algum documento. -----

Seguidamente, o presidente da câmara autorizou que o vereador António Coutinho, dissesse algo sobre o corte do sobreiro em Cedrim, por ter acompanhado todos os procedimentos relacionados com o processo de licenciamento desse abate, bem como, prestar os esclarecimentos sobre o modelo dos parques infantis que é tipificado e têm de obedecer a um projecto, que foi objecto de candidatura. -----

----- **António Coutinho** – Quanto aos parques infantis confirmou que não poderia ser alterado o modelo escolhido e indicado na candidatura aprovada, e se essa opinião tivesse surgido, por exemplo, há dois anos, poderia ter sido ponderada, mas o modelo foi escolhido através da consulta realizada em vários catálogos, inclusive, com a recolha da opinião de várias pessoas ligadas à educação – educadores de infância e professores do 1º Ciclo. -----

Relativamente ao caso de Cedrim, também lamentou a intervenção de Claudia Silva, porque a afirmação proferida era-lhe direccionada, e considerada como absurda, porque não andava a fabricar documentos. Informou que ainda não teve a oportunidade de remeter o processo completo à junta de freguesia. Na sequência de um pedido apresentado, informou que tinha ordenado à equipa de jardineiros para efectuarem uma poda nas árvores daquele espaço, e que durante a poda se verificou e constatou que o sobreiro estava doente e deveria ser cortado. Na sequência da opinião dada pelo técnico que observou a árvore – Eng.º Ladeira, ilustre presidente da Assembleia Municipal de Vouzela – foi organizado o processo para obtenção da imprescindível autorização para se poder abater aquele sobreiro. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** – Sugeriu que a senhora Claudia Silva apresentasse um pedido verbal à mesa a solicitar que o executivo lhe enviasse uma cópia do documento. E o executivo ou tem e envia, ou não tem e diz que não tem, o que não estava certo e não admitia é que fossem levantadas suspeições. -----

----- **Cláudia Silva** – Aceitou a sugestão, mas solicitou que fosse enviada uma cópia à população da freguesia de Cedrim e não apenas a uma pessoa. -----
Por último, solicitou a palavra e acrescentou: “A minha legitimidade em defender as árvores é superior àqueles que as destroem.” -----

----- **Edgar Jorge** – Solicitou a palavra para dizer que “o documento estará aqui nesta assembleia até ao final desta sessão”, nem que tivesse de ir a Cedrim buscá-lo, uma vez que os serviços do Município já encerraram. Informou, que elementos da comissão de obras da Capela de Nossa Senhora dos Milagres, de Paço, em Assembleia de Freguesia, solicitaram o abate daquele sobreiro, porque representava um perigo para a população, inclusive, que se tinha constatado, na última festa de Nossa Senhora dos Milagres, em Paço, a queda de uma arranca desse sobreiro sobre uma viatura. -----

----- **Rui Rocha** – Congratulou as palavras do senhor Albano Macedo e começando por esse tema, disse que quando se fala em lixos, provavelmente não estávamos bem sintonizados com o que se passava a nível do concelho. Isso, porque a separação do lixo não pode ser feita em todo o lado, porque não há ecopontos para os colocar. E as pessoas não vão transportar o lixo nas viaturas. ---- Seguidamente, sobre o problema do esgoto de Talhadas, perguntou a resolução competia aos particulares ou ao Município. -----

Posto isto, perguntou ao vereador António Coutinho se tinha subscrito a notícia publicada o Beira Vouga sobre investimentos realizados na freguesia de Paradela do Vouga, acrescentando que alguns projectos não beneficiam somente a freguesia de Paradela, tais como, a pista ciclável e o canil, existindo outros mais prementes, como melhorar o serviço de abastecimento de água e a pavimentação de caminhos para habitações, que se encontram em terra batida. -----

----- **Presidente da Câmara** – Em relação aos lixos, informou que na verdade, não é possível ter os equipamentos em todos os locais. Mais informou que os ecopontos foram colocados pela ERSUC, que entende termos um rácio muito elevado de equipamentos por números de pessoas servidas. -----

Em relação ao esgoto de Talhadas, informou que há um prédio que foi licenciado pelos serviços e verifica-se, agora, situar-se sobre uma pedreira. Transmitiu que deveria ser o condomínio a resolver o problema, e não o Município, além do mais, não é a Câmara Municipal que licencia a fossa, mas a entidade de administra o domínio hídrico – Comissão de Coordenação Regional. -----

Em relação à água, informou que tiveram, no dia anterior, uma reunião com a Deloitte, que vai fazer a avaliação dos sistemas existentes, e cujo estudo será analisado e ponderado pela Grande Área Metropolitana de Aveiro. Foi-lhes sugerido que incluíssem no estudo as freguesias de Rocas, Paradela, Cedrim e Talhadas, e o problema só poderá ser resolvido através da inclusão no sistema multimunicipal. -----

----- **Joaquim Zacarias** – Começou desta forma: “Celebram-se amanhã os 34 anos da revolução de Abril. Não podia deixar hoje, e lamento que esta sessão não tenha sido agendada para o dia de amanhã, porque se não fosse 25 de Abril esta sessão, presumivelmente, era amanhã, no entanto, não podia deixar de ler aqui, como já o fiz algumas vezes, um editorial, recebido hoje do Jornal do Fundão, que ao assunto se refere:” -----

“A sociedade portuguesa vive uma conjuntura de pessimismo que só os inventores de paraísos perdidos e de oásis para esconjurarem a realidade difícil e mais verdadeira são capazes de iludir. Com frequência, dizem alguns dos mais inconformados, que o modelo liberal está esgotado e é necessário fugir à insensibilidade do cifrão, e dar mais atenção ao sociado. Quando, há 34 anos, os capitães de Abril restituíram a liberdade ao povo português, poucos ousariam supor que pouco mais de três décadas depois, muitas das promessas e esperanças que Abril abriu estivessem transformadas em memória remota, mero arcaísmo

arrumado no sótão, ou quase proibido, das utopias. É verdade que todos estaríamos longe de supor que o mundo se diluísse numa deriva liberal em que o homem é medida de coisa nenhuma. O que foi exaltante e Abril nos deixou, e é preciso lembrar primeiro que tudo, é a liberdade. Bem supremo sobre todos os outros que legou a Portugal uma matriz civilizacional insubstituível. Esse direito elementar tornou-se a referência de um outro complexo de direitos com impacto directo no plano social e económico, que conferiu ao nosso país um certo pioneirismo europeu na demanda de uma sociedade mais justa e fraterna. De facto, não esqueçamos, Abril materializou uma inquestionável justiça social trazendo à superfície dos direitos os que viviam no subterrâneo da infra-humanidade. Essa sensibilidade social de que a constituição da república se tornou depositária foi sendo minada pelos interesses púrios apenas apostados em reconquistar privilégios que a revolução tinha enterrado. Trinta e quatro anos depois celebramos a liberdade com uma realidade primordial que vale a pena festejar sempre. Mas, Abril é um tempo cada vez mais distante quando vemos, ouvimos e lemos o triunfo das desigualdades como regra e a sujeição da política aos grandes interesses económico-financeiros que comandam tudo como um Deus e o seu absoluto. Abril é hoje, sobretudo, o direito à indignação.” Transcreveu o senhor Fernando Paulouro das Neves em editorial hoje recebido do Jornal do Fundão. -----

Estamos, na prática, a fazer, ou estou, a intervir na prática, naquilo que se pode chamar o segundo período antes da ordem do dia nesta assembleia, porque a intervenção ou a comunicação do senhor presidente da Câmara aos membros desta assembleia serviu de alguma maneira para fazer um período antes da ordem do dia. Daí, se calhar, para a próxima vez, sugestão minha, guardarmos tudo aquilo que temos a dizer, baseado ou não na intervenção do senhor presidente da Câmara à assembleia, para o período de antes da ordem do dia, assim até se evita que ele seja obrigado, por vezes, a dizer duas vezes a mesma coisa. Disse o senhor presidente da Assembleia Municipal que esta reunião começou com suspeições, a propósito da intervenção da Dr.^a Cláudia. A entrada da Dr.^a Cláudia nesta assembleia faz aumentar a quota das senhoras nesta sala. Seja bem vinda, sente-se que será uma mais valia. E a propósito das suspeições da intervenção da senhora deputada, o senhor presidente da Assembleia Municipal disse que esta reunião começou com suspeições. Eu, apenas para acabar o assunto, quero dizer que a minha intervenção acerca da acta da reunião desta assembleia, que nos foi presente, não mereceu o meu acordo, efectivamente e foi apenas a constatação de um facto. Não levantei qualquer tipo de suspeição. Aliás, também quero lamentar o tom em que o senhor presidente da Câmara se dirigiu à recém deputada que apenas ainda hoje vem a esta assembleia pela primeira vez. O tom de ameaça, com estas exaltações não fica bem. Apenas tenho que alertar a senhora deputada no sentido de que não tenha medo – isto aqui nesta assembleia é assim mesmo. A gente já viu muita coisa por esse mundo fora, mas em princípio, ninguém bate em ninguém. -----

Faço minhas, também, as palavras do senhor Albano Macedo acerca das suas preocupações com o planeta Terra. É evidente que não podia deixar-me de referir a isso uma vez que tenho inúmeras vezes referido aqui a este assunto e hoje refiro-me outra vez sobre ele. A nossa intervenção, para ajudarmos o planeta Terra a sobreviver, começa em Sever do Vouga. Começa, como muito bem disse, na triagem dos lixos. Começa na limpeza das bermas das estradas. Começa na limpeza no leito e nas bermas dos rios. Começa no exemplo que a Câmara devia dar por não despejar tudo que é lixo, sem fazer triagem nenhuma junto ao nosso complexo escolar. Isto é uma vergonha! Antes de vir para aqui, eram 15:20, desloquei-me à

lixreira da Ermida. Afinal, eu iria julgar que não havia lá lixeira nenhuma. Pois deixaram despejar dentro, ainda lá está o placard da intervenção dos fundos da União Europeia para selar as lixeiras, que para o Baixo Vouga foram cerca de duzentos mil contos. Ora bem, não se faz a lixeira lá fora, faz-se a lixeira cá dentro. E até lá vão com umas retro escavadoras a empurrar e cobrir aquilo com terra para o lado direito, quem chega mesmo à lixeira. Portanto, não estamos a proteger o planeta Terra. Não protegendo Sever do Vouga, não protegemos coisíssima nenhuma. Por isso, é bom que realmente desçamos da lua à terra e façamos desta a nossa terra. -----

Seguidamente, procedeu à leitura da proposta apresentada à mesa para ser votada e apreciada, acerca do horário de funcionamento das sessões desta assembleia. -----

Proposta: Muitos dos membros desta Assembleia Municipal, e o público em geral, por motivos das suas actividades profissionais, têm dificuldade em estarem presentes nesta assembleia às 17:00 horas. Assim, e à semelhança do que acontece em concelhos vizinhos, venho propor, em meu nome e do meu grupo parlamentar, que as reuniões das assembleias municipais do concelho de Sever do Vouga passem a realizar-se em horário posterior às 20:30 horas. -----

Continuando, apresentou as seguintes considerações e perguntas ao executivo: -----

- Qual o ponto de situação do pequeno troço de estrada inacabado, que vai do Pombal a Nogueira, junto ao centro de dia da APCDI; -----

- A Casa da Vinha Dónega foi adquirida pela Câmara com o objectivo do alargamento da via. Contudo, ultimamente, foi divulgado que a Liga dos Amigos do Centro de Saúde solicitaram a ocupação do imóvel. Assim, perguntou se não haveria incompatibilidade na alteração do fim que serviu de justificação à aquisição; -----

- Túnel sob a A25 que liga as Talhadas à Silveira – Informou possuir muito pouca luminosidade de dia, sendo um perigo para quem lá transita; -----

- Placas de toponímia na vila – Perguntou como era possível alterar a denominação de duas ruas próximas. A Rua da Póvoa do Meio passou a denominar Rua do Galteiro. Depois, lá ao fundo, a ligar as duas ruas da Póvoa, há uma Travessa da Póvoa do Meio. Assim, naquela rua, que tinha apenas um nome, agora, foram aplicadas mais três, quatro ou cinco placas. Finalmente, perguntou se tinham consultado os habitantes; -----

- Saneamento básico em Talhadas – Sugeriu que este projecto avançasse rapidamente. -----

- Auto de Medição – Perguntou como era possível submeter-se à apreciação da Câmara Municipal, na reunião do passado dia 14 de Abril, um Auto de Medição que tinha sido aprovado em reunião do dia 13 de Agosto do ano passado. -----

Por último, disse que: “à semelhança daquilo que acontece na Assembleia da República, após as intervenções dos deputados” (com o tempo das intervenções controlado), é-lhes “dado o direito ao contraditório, usando de bom senso”. Nesta assembleia, por vezes, para tentar falar novamente, temos que alegar a defesa da honra. Assim, entendia que deveria ser dado o mesmo tratamento aos membros deste órgão, quando as intervenções assim obrigam. -----

----- **Presidente da Câmara** – Em relação às questões colocadas pelo membro Joaquim Zacarias, o presidente da câmara respondeu: -----

Em relação à estrada de Pombal a Nogueira, que para conclusão daquele pequeno troço falta apenas a colocação de massas a frio; -----

Sobre a Casa de Vinha Dónega, inicialmente, estava previsto que a estrada passasse por detrás. No entanto, há quem defenda a preservação da casa, demolindo apenas

aquele pavilhão que tem uma garagem e ainda estamos a negociar a indemnização. Contudo, foi apresentada a ideia de instalar-se um porto de abrigo da Liga dos Amigos do Centro de Saúde. -----

----- **António Ferreira** – Começou por dizer que, quase já nem valia a pena falar, porque tinham sido aqui falados os assuntos mais importantes que desejava expor. Começando pelo túnel da Silveira, agradeceu ao membro Joaquim Gabriel por ter chamado à atenção, mas existem dois túneis com a falta de iluminação. -----

Quanto ao saneamento, sendo um dos pontos mais importantes para a freguesia, informou que já tinha comunicado à Câmara Municipal por várias vezes através de ofícios e, segundo a informação que possuía, as fossas não são tão pequenas assim, só que nasce água lá dentro quando chove. Informou que já tinha ido ao local a Comissão do Ambiente nomeada por esta Assembleia Municipal, em tempos. Concluiu, solicitando uma solução para aquele problema. -----

Seguidamente, questionou se havia a intenção de serem colocadas as condutas de água e saneamento na empreitada do acesso à Zona Industrial das Talhadas. -----

Na Silveira também há um bocado de estrada a ser intervencionada e também deveria ser tomada a mesma decisão. -----

Quanto à revisão do PDM, solicitou que fosse concluída rapidamente, porque na freguesia de Talhadas há pessoas que pretendem construir em terrenos próximos de zonas habitacionais e não podem, acabando por optar em construir nos concelhos de Águeda e Oliveira de Frades. -----

Na Zona Industrial de Talhadas, entre a Veigafrio e a Perfimade, há um terreno que está abandonado há mais de 20 anos, com pinheiros altos, eucaliptos, silvas e outro mato. Sobre esse lote, perguntou ao executivo se poderia desencadear um procedimento de reversão a favor do Município ou obrigar o seu proprietário a construir nesse prédio. -----

Sobre a zona da feira, informou que foi realizado um acordo entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia para ser feito um estudo com vista à ampliação da Zona Industrial para aquele lado, ficando a feira do lado direito no sentido de Águeda. Assim, perguntou como estava esse projecto. -----

Em relação à recolha de resíduos sólidos, informou sobre o descontentamento das gentes de alguns lugares da freguesia de Talhadas, que são obrigadas a pagar a taxa do lixo e não possuem contentores próximos das suas habitações. -----

Seguidamente, perguntou para quando o arranjo do largo da Silveira. -----

Por último, informou sobre os acontecimentos ocorridos nos últimos tempos, acerca do roubo de combustível e baterias em viaturas, solicitando que fosse reforçado o policiamento no concelho. -----

----- **Presidente da Câmara** – Sobre o exposto por António Ferreira, disse: que a empreitada do acesso à Zona Industrial de Talhadas contempla a colocação de rede de saneamento; que a revisão do PDM é um processo moroso e era desejável que a nova lei que saiu agora do Plano Nacional de Ordenamento do Território e a publicação do Plano Regional de Ordenamento do Território (PROT) possa contribuir para que o processo seja mais célere na aprovação destes documentos; que não é possível fazer a reversão do lote da Zona Industrial de Talhadas, devendo ser sensibilizado o actual proprietário para construir ou a vender o lote; que a Feira/Zona Industrial, seria outra situação para inclusão na revisão do PDM, sendo necessário que a Junta de Freguesia decida sobre a localização desses equipamentos. -----

----- **Edgar Jorge** – Principiou, por felicitar a entrada de Cláudia Silva como membro desta assembleia. -----

Acerca da intervenção de Cláudia Silva, sobre o abate de um sobreiro, disse que já tinha explicado os trâmites do processo, na última reunião da Junta de Freguesia, onde estiveram cerca de cinquenta pessoas e ficaram cientes. -----
Seguidamente, informou que para abater um sobreiro, é necessário desencadear um processo muito complexo. -----
Começou, por um pedido apresentado por um membro da comissão de festas de Nossa Senhora dos Milagres, também membro da comissão de obras e da assembleia de freguesia. -----
Na sequência desse pedido, em primeiro lugar, levou o vereador Prof. Coutinho como vereador responsável pelos parques e jardins, tendo-o informado que seria necessário reunir um conjunto de pareceres e comprometeu-se a levar lá o Eng.º Ladeira, que é presidente da Assembleia Municipal de Vouzela, e na qualidade de técnico com conhecimentos nesta matéria emitiu um relatório, que Edgar Jorge leu para a assembleia. -----
Posto isto, foi solicitada a instrução do processo à Câmara Municipal, tendo sido instruído pela engenheira e remetido para o Núcleo Florestal Centro Litoral, de Águeda. -----
Mais tarde, através de um ofício datado de 14 de Fevereiro de 2008, da Direcção Regional dos Recursos Florestais foi dada a autorização para o abate do sobreiro. Portanto, sugeriu que Claudia Silva pedisse desculpas por ter dito que a Câmara Municipal ou a Junta de Freguesia terão fabricado um documento, concluiu Edgar Jorge. -----
Seguidamente, foi realizado um curto intervalo. -----
O membro Harold Balaias não esteve presente a partir deste momento. -----

----- 3 - Ordem do Dia -----

3.1 – Regulamento do Conselho Municipal de Segurança: - Seguidamente, porque o Conselho Municipal de Segurança na primeira reunião emitiu parecer favorável e não apresentada qualquer sugestão para modificação da proposta de regulamento, foi colocado o documento à votação, tendo sido aprovado por maioria, com a abstenção do membro Severo Pereira e os votos a favor dos restantes membros presentes. -----

3.2 – Prestação de Contas de 2007: - Seguidamente, foram colocados para apreciação e votação os documentos da Prestação de Contas de 2007, nos termos da alínea c), do n.º 2, do art.º 53º, da Lei das Autarquias Locais. -----
Posto isto, o presidente da Câmara começou por prestar alguns esclarecimentos sobre os dados mais importantes dos documentos da prestação de contas, tais como, realização da receita, execução da despesa, encargos com pessoal, endividamento do Município, execução das Grandes Opções do Plano e resultado do exercício, deixando para mais tarde, alguns esclarecimentos pontuais em função das questões colocadas pelos membros desta assembleia. -----
Mais acrescentou o presidente da câmara que, as contas do Município referentes ao ano de 2007, foram auditadas pelo Revisor Oficial de Contas, tendo emitido os seguintes documentos, cujas cópias foram entregues aos membros da assembleia municipal: “Relatório e parecer do auditor externo” e “**Certificação Legal de Contas**”. -----

Foram anotadas as intervenções dos seguintes membros: -----
----- António Ferreira – Principiou, dizendo que estavam, nesta data, presentes para discutir, analisar e votar no relatório de gestão que é o espelho de tudo aquilo que o executivo da Câmara foi ou não foi capaz de cumprir em relação às propostas apresentadas no orçamento aprovado para 2007. Disse que, apesar de

compreenderem as dificuldades financeiras, era preciso lembrar que nestas alturas seria necessário desenvolver uma boa gestão, no sentido de serem ultrapassadas as dificuldades. -----

A demonstração dos resultados da conta de gerência de 2007, apresenta as seguintes variáveis: o executivo propôs um orçamento de 11.570.000€ para um conjunto de projectos. Pressupõe, então, a despesa de 11.570.000€ e receita de igual montante. -----

Na educação, foi evidenciado um aumento de 81,3% no plano de actividades e orçamento. Contudo, nesta discussão da conta de gerência, não está qualquer registo relativamente à percentagem de execução dos projectos: aquisição dos terrenos destinados à futura E.B.2.3 e construção da Escola do 1º CEB de Couto de Esteves, incluindo Jardim de Infância. -----

Na rubrica da cultura, encontra-se a execução física da Biblioteca Municipal, ficando sem saber qual o grau ou percentagem de exequibilidade deste equipamento, uma vez que o mesmo foi iniciado em 2005. -----

Na rubrica da defesa do meio ambiente destaca-se, no plano de actividades, a proposta de aquisição de equipamentos diversos, não identificados para promoção de acções de prevenção de incêndios, caminhos florestais e pontos de água. Apresentada agora a conta de gerência, não há informação contabilística clara sobre despesas realizadas. -----

Na rubrica da saúde, está apenas uma rubrica para instituições sem fins lucrativos com vista à aquisição de equipamento médico. Tal rubrica não identifica o equipamento adquirido e o montante de despesa efectuado. -----

Diz o plano de actividades - página 22 – que se encontram, também, outros contratos-programa em vias de serem aprovados e não excluimos a possibilidade de obtermos mais recursos através deste mecanismo para realização de projectos noutras áreas. Com efeito, fica-se neste momento sem saber o que foi feito desses contratos-programas. -----

Constava no plano de actividades e orçamento na página 21, que “estamos a preparar projectos para candidaturas ao QREN”. Mas, também, em matéria de execução desta promessa, a dúvida é a verdade que fica, uma vez que a conta de gerência não identifica qualquer receita emergente do FEDER e do Orçamento Geral do Estado, situação que constitui deficiência de informação. -----

A contingência aqui em discussão é omissa em muitas matérias, limitando-se à informação do aumento da receita em cerca de um milhão de euros, finalizando que a realização da receita atingiu 74,93%, ou seja, muito abaixo do valor desejado. Assim, para um orçamento de 11.570.000€ há apenas a considerar despesas no montante de 9.026.000€, o que quer dizer que ficou por executar 2.544.000€. Assim, ficou por executar 22% do plano de actividades e orçamento cuja conta de gerência aqui se discute. Se é prejuízo dizer que as despesas correntes tiveram um aumento significativo, assim como as dívidas de curto, médio e longo prazos acompanharam esta tendência. As dívidas líquidas ainda não atingem o percentual da ordem legal que é de 125%. Contudo, mais grave que isso é a progressão das receitas, estas cada vez menores para perspectivas do pagamento de despesas por consequência da possível expansão da dívida. O passivo aumentou cerca de 10%. As receitas resultantes de impostos e taxas estão a reduzir, sendo notória a variável da derrama que teve um incremento negativo de 7,16% o que quer dizer que a actividade empresarial do concelho está a degradar-se. Sobretudo, quando fica aqui dito que seriam importantes alguns esclarecimentos adicionais para melhor apreciação. No entanto, os deputados do PSD votarão favoravelmente este

documento. Continuando a estar atentos às obras e acções deste executivo e não deixaremos passar deslizes de gestão que ponham em risco o futuro dos cidadãos deste concelho, concluiu António Ferreira. -----

----- **Presidente da Câmara** – Respondeu que havia algumas evidências nas demonstrações financeiras que, independentemente dos considerandos realizados, deveria dizer que, de todas as contas de gerência apresentadas até ao momento, esta é a que apresentava melhores indicadores. Não é verdade que a receita esteja a reduzir, mesmo nos impostos, mas ao contrário, bastava ver os documentos. Como não é verdade que a informação contabilística não discrimine tudo e não espelhe o que é a realidade em relação a todas as obras que estavam previstas no plano de actividades e no orçamento. É uma questão de análise, porque essa informação está nos documentos. -----

Em relação ao QREN, era óbvio, que em 2007, não há valores significativos, porque ainda não é possível a apresentação de candidaturas e resume-se ao encerramento do quadro anterior. -----

Por último, informou que as Câmaras Municipais não têm competências na área da saúde e, portanto, não podem desenvolver projectos nessa área. -----

----- **Joaquim Zacarias** – Informou ter somado rapidamente os gastos evidenciados com combustíveis em diversas rubricas, e o resultado é de cerca de quatrocentos mil euros. Perguntou, se era normal o Município suportar esse montante em combustíveis. -----

----- **Presidente da Câmara** – Respondeu: “ O que está aí escrito é a verdade dos números, ou seja, eu não sei se está aí a despesa com todos os combustíveis e lubrificantes.” Continuando, referiu que a despesa não poderia ser igual à dos anos anteriores, porque os combustíveis aumentaram cerca de 50% no prazo de um ano. Os consumos com os aquecimentos que vão sendo integrados nos Jardins de Infância e nas Escolas provocaram um aumento dessa despesa. Mas era uma condição de bem-estar e de qualidade de vida dos alunos. Contudo, o grande problema prende-se com o aumento reiterado dos combustíveis. -----

----- **O Director de Departamento**, solicitou a palavra, para dizer que no ano de 2007, os custos com combustíveis foram de 175.177,41€, como consta na folha 79.

----- **António Dias** – Em resposta à intervenção de António Ferreira, começou por dizer que, mesmo com o decréscimo da derrama, ao nível de impostos e taxas, neste concelho houve um aumento de 19,5% em relação ao ano de 2006, porque ao nível de impostos e taxas, foi de 1.256.731€, e em 2007, foi de 1.501.358€. Portanto, houve um aumento. É óbvio que as despesas, também, aumentaram. E esse facto verificou-se mais ao nível das despesas relacionadas com fornecimento de serviços externos – combustíveis, reparação de viaturas, electricidade e outros. - Seguidamente, disse que tinha efectuado uma análise às demonstrações financeiras da autarquia, ou seja, ao balanço e à demonstração dos resultados, como já tinha realizado em anos anteriores, e considerou que a autarquia continua a pautar a sua gestão por bons indicadores. Devendo continuar a diferenciar-se positivamente pelo rigor, pela orientação permanente para os Municípios que vivem da qualidade da oferta do seu serviço. Mesmo ao nível dos serviços, houve um aumento de 82%, ou seja, de aproximadamente 100.000€ para 182.000€. -----

Analisando as contas friamente ao nível dos indicadores, disse que o rácio da rentabilidade continuava igual ao dos anos anteriores, tais como, ao nível da actividade da autarquia, ao nível do prazo médio de recebimentos e prazo médio de pagamentos, este último com uma tendência de aumento. Ao nível do endividamento, continua igual ao ano anterior. -----

A parte da eficácia da gestão, permite à autarquia gerir isto sem pôr em causa o futuro da autarquia. Face à conjuntura económica que o nosso país atravessa, com o aumento das taxas de juro, dos combustíveis, dos bens essenciais, fruto na maioria das situações por crises e recessões externas, de que são exemplo a crise do sector imobiliário e financeiro dos Estados Unidos da América, mesmo assim, o Município de Sever do Vouga consegue manter os seus indicadores económicos e financeiros estáveis, pelo que deve ser motivo de orgulho para todos os severenses, concluiu António Dias. -----

----- **Albano Macedo** – Principiou, dizendo que, por muitas horas que estejamos aqui a discutir os documentos sobre a prestação de contas, será sempre um desencontro na análise sobre os números das receitas e despesas e será instalada a controvérsia. -----

Embora, nunca se possa dizer que os mapas ou documentos estejam errados, ou então, que as informações que nos são fornecidas não sejam verdadeiras. A maioria falará de melhoria de resultados e a oposição de agravamento. E, certamente, por muito que se discuta, as dúvidas não ficarão de todo dissipadas com os esclarecimentos prestados pelo executivo ou pelo excelentíssimo presidente. -----

Em qualquer declaração que seja efectuada, será referido que o executivo demonstrou nestes documentos a sua incapacidade e considerará, também, a inabilidade da maioria em definir uma linha de rumo para a governação autárquica que permita o desenvolvimento sustentável do concelho. Factos esses que permitirão referir que estes documentos fornecem as provas de uma falência da governação destes mandatos ou que este ano de 2007, agora em análise, o executivo voltou a não conseguir cumprir as suas próprias promessas e na análise técnica e da gestão dessas contas, apenas merece a não concordância. Ouviremos outra parte dizer que fica provado, nestes documentos, significativas melhorias no controle da despesa e uma gestão rigorosa dos dinheiros da autarquia. Sempre com o intuito da melhoria da qualidade de vida dos munícipes severenses. -----

Este documento pode, também, reflectir o ano da aplicação de novas regras para aumentar a produtividade dos funcionários da autarquia e diminuir os encargos com os trabalhadores. Esta visão optimista das contas, certamente não é partilhada pela oposição, pois será denunciado o agravamento da dívida e a imagem negativa da Câmara junto dos fornecedores por ter passado por ser má pagadora. -----

Será criticada ainda, certamente, a ausência de descentralização de competências para as Juntas de Freguesia, o não cumprimento do Plano Estratégico, a manutenção das barreiras, a baixa taxa de execução, considerando que, pelos números apresentados, o executivo não conseguiu concretizar aquilo que se propôs fazer em 2007. Mas, mesmo assim, é conveniente salientar alguns pontos deste relatório de gestão e prestação de contas de 2007. -----

Primeiro, que não se iria debruçar em pormenor sobre rácios, execuções ou outras alusões, pois temos um auditor de contas e um tribunal de contas que tem por missão verificar esses temas. -----

Depois, os funcionários responsáveis pela execução destes relatórios analisam os documentos que lhe servem de base, os números neles expressos e certamente não os alteram ou fabricam e merecem a nossa maior credibilidade neste sentido. -----

Por último, existe uma hierarquia que deve e tem obrigação de zelar pela veracidade dos documentos e da sua aplicação prática. -----

Nesse contexto, enalteceu: Primeiro - as receitas na ordem dos nove milhões e trezentos mil euros, o que traduz num aumento na razão dos 10% comparativamente ao ano de 2006, e a tendência, o que é mais importante ainda, é

a estabilidade desse mesmo aumento, porque permite um importante planeamento no futuro; Segundo – as despesas com o pessoal muito abaixo dos limites legais para esta rubrica; Terceiro – o endividamento líquido do Município inferior aos limites legais; Quarto – a ligeira redução verificada no prazo médio dos pagamentos; Quinto – o aumento nos apoios às componentes de apoio à família. Assim, alguma da crítica, até pode ser admitida e se justifica porque, em 2007, pode-se ter andado de forma mais lenta, devido ao fim do terceiro quadro comunitário de apoio, e em definição da administração central sobre o quadro de referencia de estratégia nacional. Mas, apesar disso, foram elaborados vários projectos e mantidas obras no terreno um pouco por todo o concelho. Como se pode verificar, estes documentos traduzem uma opção estratégica traçada por este executivo para criar melhores condições de vida aos munícipes do concelho e às gentes que nos visitam. Essa opção traduz-se na obra que está a ser vista por todos ou todos aqueles que a queiram ver. A obra, ou não obra, do executivo está patente e pode ser apreciada ou criticada. A obra daqueles que dizem que não há obra feita, nós não a vemos. E não fazemos ideia do que são capazes de fazer. O povo severense pelo menos parece não querer trocar o certo, mesmo mau, segundo a versão de alguns, pelo incerto muito bom e, cá para nós, o povo tem sempre razão. No fundo, Sever do Vouga e as suas gentes têm muitas potencialidades e estou muito esperançado de que com o empenho e a colaboração de todas as forças vivas do concelho venceremos as dificuldades que nos surgirem. Até lá, como diz o poeta, é preciso ter segurança para receber uma crítica, mesmo que injusta, concluindo com a frase “pedras no caminho, guardo-as todas – um dia vou construir um castelo”.

Após a intervenção dos membros que se inscreveram, o presidente da assembleia municipal colocou à votação os documentos da prestação de contas de 2007, tendo-se verificando o seguinte resultado: -----

20 votos a favor, de Albano Macedo, Alexandre Tavares, António Dias, António Tavares, António Ferreira, Claudino Soares, David Alves, Edgar Silva, Fernando Oliveira, João Henriques, José Silva, José Anjos, José Almeida, José Costa, José Coutinho, Júlio Fernandes, M.^a Elisabete Henriques, Paula Santos, Severo Pereira e Silvério Gomes. -----

6 abstenções, de Claudia Silva, Joaquim Zacarias, José Braga, Manuel Soares, Nuno Silva e Rui Rocha. -----

Não houve votos contra. -----

3.3 – Património – Inventário: Seguidamente, foi apreciado o inventário e cadastro com referência a 31/12/2007. -----

3.4 – 1ª Revisão Orçamental: Depois, o presidente da Câmara Municipal prestou alguns esclarecimentos sobre o documento apresentado, atempadamente, aos membros deste órgão, sobre a 1ª Revisão Orçamental de 2008, que compreende a 1ª Revisão do Orçamento de Receita, com um reforço do orçamento em 1.008.000,00€ (um milhão e oito mil euros), o Orçamento de Despesa com um reforço de 1.028.660,00€ (um milhão, vinte e oito mil, seiscentos e sessenta euros) e anulações num total de 20.660,00€ (vinte mil, seiscentos e sessenta euros), o Plano Plurianual de Investimentos com um acréscimo de 472.990,00€ (quatrocentos e setenta e dois mil, novecentos e noventa euros) e o Plano de Actividades com um acréscimos de 55.000,00€ (cinquenta e cinco mil euros). -----

Este documento foi aprovado, por unanimidade, com vinte e seis votos a favor. ----

3.5 – Transferência de Competências – Limpeza de Valetas: No uso da competência conferida ao órgão deliberativo, através da alínea s), do n.º 2, do art.º

53º, conjugado com o art.º 66º, ambos, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, deliberou a Assembleia Municipal, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada pelo órgão executivo conforme deliberação do passado dia 14 de Janeiro. -----

3.6 – Contrato de Leasing – Pedido de autorização: No uso da competência conferida através da alínea d), do n.º 2, do art.º 53º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, depois de prestado o esclarecimento sobre o pedido de autorização apresentado pelo órgão executivo, através da proposta aprovada na reunião de 14 de Abril último, para a realização de um contrato de leasing, com a Caixa Geral de Depósitos, destinado à aquisição de um autocarro, até ao valor de 150.000€, decidiu o órgão deliberativo, por unanimidade, autorizar a celebração do contrato de leasing nos termos propostos pelo executivo. -----

----- 4 – Outros assuntos: Não foi apresentada qualquer proposta para ser apreciada neste ponto da ordem do dia. -----

----- 5 – Período destinado ao público -----

Não foi registada qualquer intervenção. -----

Nada mais havendo a tratar, deu-se como concluída esta sessão, cuja acta em minuta foi aprovada, por unanimidade, no final, para produzir eficácia imediata, tendo sido elaborada a presente acta, que vai ser assinada pelo presidente deste órgão e por quem a redigiu. -----

